



ELSA MARVANEJO DA COSTA
 consultora da Ordem dos
 Contabilistas Certificados (OCC)
 comunicacao@occ.pt

O relatório de sustentabilidade e o papel do contabilista certificado

A sustentabilidade, antes vista como um elemento acessório nas estratégias empresariais, tornou-se uma prioridade global. Na União Europeia (UE), este tema tem sido impulsionado por regulamentações que visam assegurar que as empresas adotem práticas responsáveis nas suas operações diárias.

A nova Diretiva CSRD representa um avanço significativo neste âmbito, exigindo que as empresas façam um relato rigoroso das suas atividades ambientais, sociais e de governação (ESG). Neste contexto, o papel do contabilista certificado emerge como um pilar essencial na implementação e monitorização dessas práticas.

Os fatores ESG, do inglês environmental, social and governance, são um conjunto de boas práticas e de indicadores, que têm por objetivo promover a integração de critérios ambientais, sociais e de governação nas decisões de negócios das empresas para a obtenção de benefícios sustentáveis, responsáveis e inclusivos nas atividades económicas.

Com a aprovação da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) e a criação dos European Sustainability Reporting Standards (ESRS), a UE estabeleceu uma estrutura robusta para garantir que as empresas divulguem informações detalhadas sobre as suas práticas de sustentabilidade.

Novas obrigatoriedades se aproximam e o contabilista certificado sendo o profissional mais próximo das empresas tem um papel fundamental neste contexto. Avizinham-se grandes desafios e oportunidades pelo que importa definir qual o papel que queremos assumir: antecipadamente nos informarmos e criarmos formas de atuar nestas matérias como profissionais de excelência que somos ou deixamos a oportunidade passar.

A diretiva

A CSRD está incorporada na Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022. O artigo específico que trata da aplicação progressiva da diretiva está no Artigo 5.º dessa diretiva, que faz alterações à Diretiva 2013/34/UE. A implementação será feita em diferentes fases:

1 de janeiro de 2024 – Empresas já abrangidas pela antiga NFRD (Non-Financial Reporting Directive) – grandes empresas públicas de interesse público, com mais de 500 funcionários).

1 de janeiro de 2025 – Grandes empresas que atualmente não estão sujeitas à NFRD.

1 de janeiro de 2026 – Pequenas e médias empresas (PMEs) cotadas em bolsa de valores, exceto microempresas.

1 de janeiro de 2028 – Empresas não europeias com uma receita líquida superior a 150 milhões de euros na UE e que tenham pelo menos uma filial ou sucursal significativa na União Europeia.

Essas datas indicam o período de início para o exercício financeiro a ser reportado, cujos relatórios serão posteriormente publicados, após o encerramento do período.

Além do impacto direto nas grandes e médias empresas, a nova diretiva cria um efeito em cascata que afeta também as microentidades, com consequências importantes nas cadeias de fornecimento e relações comerciais.

Microentidades

As microentidades têm um tratamento diferenciado na aplicação da CSRD, não sendo diretamente contempladas por tais obrigações de reporte de sustentabilidade. Contudo, podem ser afetadas indiretamente devido à cadeia de fornecimento e relações comerciais com os seus fornecedores e outras entidades. Principais efeitos resultantes da cadeia de fornecimento:

- Pressão de grandes empresas para fornecer informações: embora as microempresas não estejam obrigadas a cumprir a CSRD diretamente, muitas delas podem ser solicitadas a fornecer dados de sustentabilidade por grandes empresas que necessitam dessas informações para os seus próprios relatórios de sustentabilidade. As empresas abrangidas pela CSRD terão de demonstrar que os seus fornecedores (muitas vezes microempresas) cumprem certos critérios ambientais, sociais e de governação. Isso cria uma exigência indireta para as microempresas adotarem práticas de sustentabilidade ou fornecerem dados relacionados às suas operações.
- Adaptação a novos padrões de negócios: como as grandes empresas terão de monitorar as suas cadeias de valor, as microempresas que fornecem produtos ou serviços para essas grandes organizações terão de se adaptar a critérios de sustentabilidade, como práticas de trabalho, emissões de carbono e gestão de resíduos. As grandes empresas poderão preferir ou até exigir que os seus fornecedores cumpram padrões ESG específicos, o que pode resultar em requisitos adicionais para as microempresas, mesmo que essas não estejam formalmente sujeitas à CSRD.
- Potencial exclusão de cadeias de fornecimento: as microempresas que não conseguem cumprir os critérios de sustentabilidade definidos pelas grandes empresas podem enfrentar dificuldades para manter contratos e relações comerciais com essas organizações. A incapacidade de fornecer informações ESG pode resultar em exclusão de cadeias de fornecimento de grandes empresas que dependem desses dados para os seus relatórios de sustentabilidade.
- Oportunidade de vantagem competitiva: por outro lado, as microempresas que se adiantem e integrem práticas sustentáveis nos seus negócios podem tornar-se mais atraentes como fornecedores ou parceiros comerciais para as grandes empresas. Isso pode gerar oportunidades de crescimento e acesso a novos mercados, especialmente se essas práticas se tornarem um critério importante de seleção de fornecedores. Embora a CSRD tenha um efeito mais imediato sobre grandes e médias empresas, as microempresas poderão sentir os impactos ao longo do tempo devido à integração em cadeias de valor e à crescente exigência de dados ESG por parte dos seus parceiros comerciais maiores.

Ou seja, com a introdução das novas obrigações de reporte de sustentabilidade, as empresas de todas as dimensões, direta ou indiretamente, irão enfrentar mudanças significativas nas suas operações. Este cenário traz à tona o papel fundamental do contabilista certificado, que se encontra numa posição privilegiada para apoiar as empresas na adaptação aos novos requisitos. No entanto, com estas mudanças emergem não só desafios técnicos e operacionais, mas também oportunidades de evolução e expansão das funções tradicionais do contabilista, que se torna agora um agente-chave na sustentabilidade empresarial.

Desafios

- Adaptação a novas normas: os contabilistas certificados precisam de se familiarizar com os ESRS, que impõem exigências detalhadas de divulgação sobre temas como ambiente, direitos humanos, governação e questões sociais. Estas normas vão além da contabilidade financeira tradicional, exigindo uma nova perspetiva sobre como medir e reportar impactos não financeiros.
- Integração de informações não financeiras: o reporte de sustentabilidade exige a integração de dados não financeiros de diferentes departamentos (RH, operações, ambiente, etc.). A recolha e consolidação de dados de fontes diversas pode ser complexa, especialmente para as PME cuja dimensão não abona na criação de estruturas para este tipo de reporte.
- Formação e especialização: os contabilistas certificados precisam de se atualizar, de acompanhar as novas exigências, por forma a aumentar as suas competências, pois o reporte de sustentabilidade exige conhecimentos específicos em áreas como desempenho ambiental, gestão de impacto social, e riscos climáticos. O mercado exige formação contínua e neste caso precisamos de nos especializar em matérias que podem sair da nossa área de conforto.
- Maior responsabilidade e auditoria: com o aumento da transparéncia e obrigatoriedade de relatórios de sustentabilidade, haverá maior responsabilidade e pressão para garantir que os relatórios sejam precisos e verificáveis. Isto pode implicar auditorias rigorosas, onde erros ou omissões podem ter implicações legais e ao nível da sua reputação.
- Mudança cultural: o foco na sustentabilidade pode ser um choque cultural em muitas organizações, e os contabilistas terão de ajudar a promover essa transição, sendo mediadores entre a estratégia financeira tradicional e os novos critérios de sustentabilidade.

Oportunidades

- Aumento do leque de serviços prestados: os contabilistas certificados têm a oportunidade de expandir o seu papel tradicional para incluir serviços de consultoria em sustentabilidade. Isto pode significar trabalhar em estreita colaboração com as empresas para definir métricas de sustentabilidade, implementar estratégias de ESG e criar sistemas de monitorização.
- Aumento da relevância profissional: os contabilistas certificados que se especializem

no relato de sustentabilidade ficarão melhor posicionados para acrescentar valor às empresas, uma vez que a sustentabilidade está cada vez mais a ser associada ao sucesso a longo prazo das empresas. Estas novas competências conduzirão a uma relevância estratégica.

- Novas oportunidades de mercado: A crescente necessidade de relatórios de sustentabilidade abre um nicho para novos serviços e consultorias especializadas, particularmente para pequenas e médias empresas que irão necessitar de apoio para cumprir os requisitos da CSRD. Os contabilistas podem posicionar-se como especialistas e líderes neste campo.

- Valorização do papel na governação corporativa: Com a crescente importância dos relatórios de sustentabilidade, o papel dos contabilistas certificados será central em assegurar a conformidade com os normativos legais, bem como em suportar a comunicação transparente com as partes interessadas (stakeholders). Isso pode reforçar o seu papel junto dos órgãos de administração das empresas e na gestão estratégica.

- Desenvolvimento profissional: Ao adquirirem novas competências em áreas como relatórios ESG e avaliação de riscos climáticos, os contabilistas podem abrir novas possibilidades de progressão na carreira, incluindo cargos executivos nestas áreas.

- Crescente procura de serviços de consultoria especializados: a complexidade dos relatórios de sustentabilidade está a criar um mercado em expansão para serviços de consultoria especializados. À medida que as empresas, especialmente pequenas e médias, enfrentam dificuldades para interpretar e implementar os requisitos de sustentabilidade, o contabilista certificado pode desempenhar um papel fundamental como consultor. Este profissional, que já detém o conhecimento técnico sobre normas financeiras, pode expandir o seu portfólio de serviços, ajudando as empresas a desenvolver sistemas de reporte ESG, implementar estratégias de conformidade e monitorizar métricas de desempenho sustentável.

Conclusão

Os novos requisitos de sustentabilidade representam uma mudança significativa para os contabilistas certificados, em Portugal, exigindo atualização contínua e adaptação. No entanto, aqueles que adotarem esta transformação terão a oportunidade de desempenhar um papel-chave na integração da sustentabilidade nas operações empresariais e no seu sucesso a longo prazo.

A transposição da CSRD para a legislação portuguesa representará um passo importante no alinhamento do país com as exigências europeias em matéria de sustentabilidade corporativa. O governo português estará a trabalhar na adaptação do quadro normativo nacional para incorporar as disposições da diretiva, garantindo que as empresas portuguesas, especialmente as de grande e média dimensão, estejam preparadas para cumprir as novas obrigações de reporte, aguardamos assim a sua publicação.